

16 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TJ tem 323 carros parados há 3 meses

Frota 'a serviço do Poder Judiciário' está ao relento; segundo Tribunal de Justiça,

falta de documentação dos veículos impede utilização

Mais de 300 veículos modelo Doblò, "a serviço do Poder Judiciário", estão parados há três meses no amplo estacionamento do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, em São Paulo, à espera de uma destinação. Os veículos deveriam estar sendo usados para transportar processos, funcionários, jurados e assistentes sociais que apoiam Varas de Infância e Família em São Paulo.

Juízes do fórum disseram que a maior parte da frota foi estacionada ali em fins de outubro e, desde então, não teve nenhum uso.

O Tribunal de Justiça do Estado, responsável pela compra, informou que a renovação da frota faz parte da "eficiência de gestão" implementada em todos os setores da corte implementada pelo presidente Ivan Sartori, há um ano no comando do TJ.

Ao todo, são 323 Fiat Doblò parados, com preço unitário de R\$ 41.385, - foram R\$ 13,36 milhões por todo o comboio. Segundo o tribunal, a aquisição foi realizada pelo critério do "menor preço".

O fórum criminal da Barra Funda é o maior do País. Aloja 31 varas criminais, cinco tribunais do júri, cinco varas de execuções penais, Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária e Juizado Especial Criminal. Ali tramita um acervo monumental de cerca de 270 mil ações.

Desperdício. Servidores e magistrados consideram que veículos oficiais parados podem caracterizar desperdício de recursos públicos se não tiverem uso imediato ou no mais curto espaço de tempo após sua compra.

Gasto

R\$ 13,3 mi

foi quanto o Tribunal de Justiça pagou pelos 323 Fiat Doblò

R\$ 41.385

foi quanto custou cada veículo

Os carros estão estacionados lado a lado sem proteção, castigados pela chuva e pelo sol.

A Resolução 83 do Conselho Nacional de Justiça, baixada em junho de 2009, disciplina a aquisição, locação e uso da frota oficial pelo Judiciário em todo o País. O artigo 13 impõe expressamente que "ao término da circulação diária, inclusive nos fins de semana, os veículos oficiais serão recolhidos à garagem do órgão onde possam estar protegidos de danos, furtos e roubos".

O Tribunal de Justiça do Estado destaca que os carros foram comprados para "substituição da frota obsoleta". Segundo o TJ, receberão os novos veículos as unidades judiciárias cuja frota é do período de 1998 a 2003 - os veículos são Kombis, Pálio, Corsa, Gol e Santana.

Os Fiat Doblò "estão estacionados no local em que o Tribunal de Justiça de São Paulo considerou adequado para o abrigo enquanto a documentação de cada veículo, necessária à circulação, não se completa", segundo o tribunal. "Note-se que a documentação não se refere a um veículo e sim a 323." Ainda de acordo com a assessoria da Presidência do TJ, a Fiat entregou os primeiros 289 carros "no final do ano passado".

Remessas. O início da entrega ocorreu em 15 de outubro e o término em 26 de novembro. A última remessa, "o restante", começou no dia 8 de janeiro último e terminou no dia 10.

A corte assinala que entre 20 de dezembro e 6 de janeiro houve o recesso forense. "Em prazo máximo de 40 dias estarão em seus destinos, as unidades judiciárias entregarão os antigos e retirarão os novos", informou a Assessoria de Imprensa do TJ. "O Tribunal de Justiça adquiriu esses veículos para renovar a frota de comarcas do interior e da capital", observa Rosângela Sanches, diretora de Comunicação Social do TJ-SP. "Serão utilizados, e muito."

Apoio. Segundo o Tribunal de Justiça, os carros servem para, entre outras finalidades, transporte de processos, apoio às varas de infância e família, transporte de assistentes sociais para atendimento, apoio às varas do júri, transporte de jurados.

Modernização. "A renovação da frota de veículos a serviço do Poder Judiciário está inserida na modernização que o presidente Ivan Sartori tem realizado desde que assumiu a presidência no início do ano passado, faz parte da "eficiência de gestão" implementada em todos os setores do tribunal para a melhoria dos serviços forenses e atendimento aos jurisdicionados", diz o tribunal.

16 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Tragédia anunciada

Na mesma semana em que uma jovem, grávida de nove meses, foi assassinada numa tentativa de assalto, na zona sul da capital, os coordenadores da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) informaram que a Meta 2 da entidade – cujo objetivo era concluir, em abril de 2012, todos os 92 mil inquéritos sobre assassinatos instaurados no País até dezembro de 2007 – não foi atingida.

A Meta 2 foi estabelecida para coibir o homicídio e combater a impunidade. Resultante de uma parceria entre o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Enasp foi criada para assegurar maior eficiência na gestão do sistema de segurança pública, mediante a integração das ações das diferentes instâncias e braços especializados do Poder Executivo, do Poder Judiciário e das Procuradorias de Justiça. Segundo a Enasp, do total de 136,8 mil inquéritos policiais sobre casos de homicídios dolosos abertos até dezembro de 2007, apenas 10.168 foram convertidos em denúncias criminais e 39.794 foram arquivados. Outros 85 mil inquéritos ainda estão em aberto.

Isso significa que o índice de inquéritos concluídos varia de 5% a 8%, conforme o tipo de crime. Esse é um índice muito baixo e dá a medida do grau de impunidade prevalecente no

País. Nos Estados Unidos, de cada 100 inquéritos instaurados pela polícia para apurar homicídios dolosos, por exemplo, 65 se convertem em ações criminais – e a maioria resulta em condenação dos réus, com penas a serem cumpridas em estabelecimentos penais de segurança máxima. No Reino Unido, o índice de inquéritos elucidados é ainda maior, ficando em torno de 85%.

Nesses países, as instituições funcionam. Não é o caso do Brasil. Entre nós, além de as leis penais e processuais penais estarem defasadas, as instituições estão longe de funcionar com um mínimo de racionalidade e eficiência. Prende-se muito, é verdade. Mas, por causa dos inquéritos não concluídos, julga-se pouco – e condena-se menos ainda, graças a modismos, como a doutrina da “humanização da pena”, o que coloca o Brasil como um dos países com maior taxa de reincidência criminal.

O assassinato da secretária Daniela Nogueira Oliveira, de 25 anos e grávida de nove meses, ilustra de forma trágica esse quadro de ineficiência e irracionalidade. Por ter sido atingida na cabeça, ela teve morte cerebral, mas a equipe médica que a atendeu, no Hospital Municipal de Campo Limpo, conseguiu fazer o parto. O acusado do crime – Alex Alcântara de Arruda, de 22 anos – já havia sido condenado a um ano e nove meses de prisão, por tentativa de roubo, em regime semiaberto, e era fugitivo do pre-

sídio de Guarulhos. Em novembro do ano passado, Alex chegou a ser detido numa abordagem de rotina realizada pela Polícia Militar, mas acabou liberado horas depois. Um mês depois, Alex voltou a ser preso e levado a uma delegacia do Morumbi, desta vez por dirigir uma motocicleta com documentação irregular, por não ter carta de habilitação e por estar sem capacete. Apesar disso, ele acabou sendo novamente liberado, a despeito da sua folha corrida. Para a polícia, infrações de trânsito não justificam prisão em flagrante.

Nessas duas prisões, Alex foi, por coincidência, detido pelo mesmo soldado da Polícia Militar. Segundo os boletins de ocorrência, os endereços onde foi preso nessas duas ocasiões ficam num raio de 1,5 km de distância do local onde a secretária Daniela Nogueira Oliveira foi morta. Portanto, ele vinha agindo há muito tempo na área. E, apesar de o policial ter feito o que lhe cabia, prendendo-o, o Ministério Público e a Justiça não foram capazes de manter trancafiado um suspeito de alta periculosidade. Em nota, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo afirmou que soltou o assassino por determinação judicial e que, apesar de seu extenso prontuário, no cadastro da 12.^a Vara Criminal não havia registro de mandado de prisão contra ele. Em nota, o Tribunal de Justiça de São Paulo admitiu a falha de comunicação entre a Vara de Execução Criminal e a 12.^a Vara Criminal.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

POR ONDE ANDA?

Polêmica sobre estado psicológico de Bibinho atrasa o julgamento

Expectativa era de que processos contra o ex-diretor da Assembleia fossem julgados até dezembro. Mas defesa argumenta que ele não tem condições de responder às ações

Karlos Kohlbach

A polêmica em torno das condições psicológicas do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, tem deixado o julgamento dos processos criminais contra ele em compasso de espera. Um dos processos inclusive está na última fase, à espera da sentença da juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba. Mas a defesa do ex-diretor alega que ele não tem condições psicológicas de responder às ações neste momento.

Bibinho é acusado, em duas ações judiciais, de desvio de recursos públicos da Assembleia, formação de quadrilha, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A expectativa era que os processos fossem julgadas ainda no

ano passado. Mas, no fim de novembro, os desembargadores da 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), aceitaram um recurso proposto pela defesa de Bibinho.

No documento, os advogados questionam o resultado do exame de sanidade mental a que Abib Miguel foi submetido em outubro de 2011. Na época, o laudo do Instituto Médico Legal (IML) apontou que ele tinha perfeitas condições de comparecer às audiências e de responder a qualquer questionamento. No entanto, um laudo particular, apresentado pelos advogados dele, mostrava o contrário.

A decisão do TJ de aceitar a apelação foi publicada no Diário da Justiça na quarta-feira da semana passada. O Ministério Público Estadual (MP), por meio do Grupo de Atuações Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), adiantou que iria recorrer. Como a aceitação do recurso envolve apenas uma formalidade processual, o mérito do pedido ainda precisa ser julgado pela 2.ª Câmara Criminal do TJ — o que não tem data para ocorrer.

Se essa nova decisão for favorável a Bibinho, um novo exame psiquiátrico e psicológico deverá ser realizado. No caso de o entendimento pás-

sar a ser de que o ex-diretor está incapacitado de responder aos processos, as ações contra ele serão suspensas até a sua recuperação.

“Não estamos discutindo se ele é culpado ou inocente. Estamos em um Estado Democrático de Direito e, portanto, não posso aceitar a ideia de que qualquer cidadão seja julgado com dúvidas sobre sua capacidade mental”, diz Eurofino Reis, um dos advogados de Bibinho.

CONTINUA

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dia a dia

Segundo Eurolino, enquanto aguarda um posicionamento da Justiça, Bibinho está levando uma vida de aposentado. Algumas vezes, o ex-diretor é visto no escritório que mantém num prédio comercial no Centro de Curitiba. Mesmo antes, quando ocupava cargo de destaque e influência no Legislativo estadual, Bibinho mantinha uma vida discreta — “que ele tenta manter”, diz o advogado.

Além das ações criminais, o Ministério Público propôs ações de improbidade administrativa contra Bibinho e outros ex-diretores da Assembleia. A pedido do MP, a Justiça bloqueou mais de R\$ 100 milhões dos bens de Abib — montante que seria suficiente para ressarcir os cofres públicos e para o pagamento de multa numa eventual condenação. As ações contra os ex-diretores da Assembleia foram propostas depois de a *Gazeta do Povo* e a RPCTV divulgarem a série de reportagens *Diários Secretos*, que mostrou irregularidades que vinham sendo cometidas na Assembleia.

Colaborou Euclides Lucas Garcia.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Justiça cassa prefeito e vice de Jandaia do Sul

Juiz determina que 2º colocado na eleição assumo o município, mas cabe recurso. Eleitos teriam sido beneficiados pelo ex-prefeito

José Borba

▀ A Justiça Eleitoral cassou os diplomas do prefeito e do vice-prefeito de Jandaia do Sul, município do Norte paranaense. Dejair Valério (PTC) e Leandro de Souza Silva (PSB), eleitos em outubro, teriam se beneficiado de condutas proibidas durante a campanha, segundo o Ministério Público. José Borba, ex-prefeito de Jandaia, foi condenado na mesma ação. Como pena, ficará inelegível até 2020 e terá de pagar multa de R\$ 20 mil.

A condenação foi resultado de uma ação movida pelo Ministério Público Eleitoral. De acordo com os promotores, o ex-prefeito José Borba teria tomado medidas irregulares que beneficiaram Dejair, candidato à sua sucessão. Borba, que foi condenado no ano passado por participação no esquema do mensalão, teria sancionado duas leis em agosto passado, às vésperas da eleição municipal, para facilitar a vitória de seu candidato.

A promotora de Justiça Fernanda Lacerda Trevisan Silvério sustentou na ação que o funcionalismo público recebeu ganhos salariais muito perto da data marcada para a eleição. Uma das medidas adotadas por Borba reestruturou o quadro de funcionários da prefeitura; e a outra criou tabelas de classes e referências para grupos de servidores, além de tabelas para funções gratificadas.

Na decisão anunciada ontem, a Justiça Eleitoral ainda determinou a diplomação e a posse dos segundos colocados nas eleições municipais: o candidato a prefeito Benedito José Pupio (PSC) e o seu vice, Valdecir Albieri (PDT), que tiveram 40,08% dos votos válidos. A mudança, no entanto, só passa a valer após confirmação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou quando os réus não puderem mais recorrer da decisão.

A reportagem conseguiu falar por telefone com Borba, que disse estar em Brasília. O antigo prefeito de Jandaia do Sul garantiu que entrará com recursos e resolveu não comentar sobre as informações contidas na ação. "Vamos discutir esse caso em cada instância que for preciso", declarou.

A reportagem tentou entrar em contato com os advogados dos demais envolvidos, mas não teve sucesso até o fechamento desta edição.

Mensalão

No ano passado, José Borba foi condenado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal a dois anos e seis meses de reclusão em função de sua participação no esquema do mensalão. A pena, posteriormente, foi convertida em pagamento de multa e restrição temporária de direitos. Com isso, Borba não será preso devido à condenação pelo STF.

Em 2005, quando estourou o escândalo da compra de votos de congressistas pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Borba era deputado federal pelo PMDB. Ele foi condenado por corrupção passiva, por ter recebido dinheiro direcionado à bancada de seu partido.

R\$ 20 MIL

é a multa que terá de ser paga pelo ex-prefeito José Borba, que teria cometido irregularidades para beneficiar seu candidato.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

» SECRETARIADO

Richa nega nomeação de Ezequias



Ezequias, do caso da sogra fantasma da Assembleia.

| *Euclides Lucas Garcia*

O governador Beto Richa (PSDB) negou ontem que pretenda nomear Ezequias Moreira para uma cadeira ligada ao seu gabinete. Contrariando as conversas de bastidores do Palácio Iguaçu, o tucano disse jamais avaliou essa hipótese. Ele afirmou ainda que deve anunciar no máximo até o início da semana que vem a reforma do secretariado.

Ex-chefe de gabinete de Richa na Assembleia Legislativa e na prefeitura de Curitiba, Ezequias responde a processos nas esferas penal e cível pelo fato de sua sogra, Verônica Durau, ter recebido salários do Legislativo estadual sem trabalhar ao longo de 11 anos. Segundo o Ministério Público Estadual (MP), ele usou a sogra para

se apropriar de R\$ 539,4 mil por meio do desvio dos salários, entre 1996 e 2007.

Mesmo com as pendências na Justiça, aliados de Richa afirmavam que ele trabalhava com a possibilidade de incluir Ezequias na dança de cadeiras do secretariado. Ontem, porém, o governador rebateu afirmações nesse sentido. "Nunca foi ventilado isso. Não está sendo avaliada essa possibilidade", declarou. Com isso, Ezequias deve permanecer no cargo de diretor de Relações com Investidores da Sanepar, para o qual foi nomeado pelo próprio Richa no início de 2011.

Sobre a reforma do secretariado, o governador não quis adiantar nomes, mas afirmou que fará "boas escolhas". "Estou satisfeito com os números do estado, mas quero mais ainda, [quero] uma sintonia mais fina em algumas secretarias", disse.

Entre os nomes especulados para entrar no primeiro escalão do governo neste ano, estão o dos deputados federais Ratinho Jr. (PSC) e Reinhold Stephanes (PSD). O PMDB, que trocou de mãos e deixou de ser presidido pelo senador Roberto Requião, agora também deverá ter mais espaço na gestão de Beto Richa.

"Estou satisfeito com os números do estado, mas quero mais ainda, [quero] uma sintonia mais fina em algumas secretarias."

Beto Richa, governador do Paraná.

Ex-prefeito da Lapa é levado a cela especial

O ex-prefeito da Lapa Paulo Furiati (PMDB) foi transferido na segunda-feira do Quartel da Polícia Militar da Lapa para uma ala de presos especiais do Centro de Triagem II de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. Furiati, junto com outros oito suspeitos, é acusado de envolvimento em um esquema de fraudes em procedimentos licitatórios relacionados à área da educação. Além do Paraná, a operação também abrange outras três unidades da federação: Minas Gerais, Distrito Federal e Santa Catarina.

A Operação Quadro Negro, que resultou nas prisões, foi deflagrada pelo Grupo de Atuações Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público. As investigações apontam que empresários de institutos de educação aliciavam prefeituras, oferecendo serviços como consultoria e pesquisas. A licitação seria direcionada a essas empresas, a preços acima dos praticados no mercado. Segundo as investigações, os serviços eram desnecessários ou nem sequer eram, de fato, prestados.

O advogado de Furiati, Elias Mattar Assad, aguarda um posicionamento do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de um pedido de habeas corpus, alegando que a prisão foi desnecessária e que o ex-prefeito não cometeu irregularidades.

Moratória

Depois das denúncias que resultaram na prisão de Furiati, a atual prefeita Leila Klenk (PT) determinou, na segunda-feira, a suspensão de pagamento dos contratos de serviços não essenciais para a cidade. A interrupção é por um prazo de 90 dias, enquanto os contratos vigentes e anteriores são analisados.

JUSTIÇA ELEITORAL

Servidores do TSE podem ter de devolver salário de horas extras

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, determinou rigorosa apuração das denúncias de irregularidades no pagamento de horas extras no período eleitoral de 2012. Se forem constatadas irregularidades, os servidores inclusive poderão ter de devolver o montante extra que receberam.

As denúncias de descontrole no

pagamento das horas extras durante o período eleitoral resultaram na exoneração (a pedido) do diretor-geral do tribunal à época, Alcides Diniz, que foi substituído no cargo, em 14 de dezembro, por Anderson Vidal Corrêa. Isso ocorreu após a revelação de que, em três meses, o TSE gastou R\$ 9,5 milhões em extras na eleição. Somados aos salários, os valores adicionais permitiram a alguns funcionários receber, no fim de novembro, mais do que os próprios ministros: 161 servidores receberam de R\$ 26,7 mil a R\$ 64 mil.

OAB

Exame da Ordem teve 83% dos candidatos reprovados na 1.ª fase

O 9º Exame da Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) teve 83% dos candidatos reprovados na parte objetiva, primeira fase do processo seletivo. Dos 118.217 inscritos, 114.763 examinandos fize-

ram a prova. Destes, apenas 19.134, ou 16,67%, foram aprovados para a próxima etapa da avaliação. Foram aprovados aqueles que acertaram ao menos 50% das questões. A primeira fase foi realizada no dia 16 de dezembro do ano passado e foi composta por 80 questões com quatro alternativas cada. O exame teve duração de cinco horas.

INVESTIGAÇÃO

Justiça quebra sigilo bancário do goleiro Bruno Fernandes

A Justiça quebrou o sigilo bancário do goleiro Bruno Fernandes, acusado do sequestro e morte de sua ex-amante Eliza Samudio. As informações

podem comprovar a ligação do atleta com o crime. A juíza Marixa Rodrigues também determinou a expedição do atestado de óbito da jovem, vista pela última vez em julho de 2010 e cujo corpo nunca foi encontrado. A decisão atendeu a pedidos do Ministério Público Estadual (MPE) e da família de Eliza.

GAZETA DO POVO

ARION ROLIM PEREIRA

CLÁUDIO SMIRNE DINIZ

16 JAN 2013

Portais da Transparência – estímulo ao controle popular e à moralidade administrativa

A inaccessibilidade aos atos administrativos, os orçamentos incompreensíveis, os Diários Oficiais indisponíveis e a indiferença quanto ao dever inescusável de prestar contas constituem-se em práticas que, embora atentatórias aos pilares da República, fizeram parte da realidade brasileira recente.

O patrimonialismo de grupos privilegiados, marca estrutural da edificação social do país, sustentou-se, dentre outros fatores, pela sólida blindagem do setor público. Os efeitos da referida opacidade podem ser constatados nos altos índices de corrupção, na inconsistência das políticas públicas, no distanciamento em relação à política, motivado pelo pensamento de que isso é assunto para desonestos e nada pode ser feito.

A Constituição de 1988 representou o marco de ruptura com esse passado que não se admite mais. Para o enfrentamento dessas mazelas, delineou, na ordem jurídica nacional, o fortalecimento das instituições e princípios verdadeiramente republicanos, dentre eles o da publicidade. Inspirado no valor de que as informações públicas, sob a guarda do Estado, pertencem ao cidadão, impõe ao agente público o dever de possibilitar que todos as conheçam. Observa-se, no entanto, que significativa parcela das informações ainda não se encontra disponível ou, talvez propositalmente, não são inteligíveis.

Sabe-se que o acesso às informações constitui-se em direito fundamental. Confere-lhe efetividade a Lei Complementar 101/2000, alterada pela 131/2009, que institui a obrigatoriedade

dos Portais da Transparência. Trata-se de mecanismo para a “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público”. Em 2013, todos os municípios deverão estar estruturados para atender a tal comando.

Por fim, a Lei 12.527/2011, ao disciplinar o acesso aos registros administrativos e às informações sobre atos de governo, consolidou o marco regulatório sobre a informação pública. Em suma, potencializou os comandos normativos já existentes. Definitivamente, passaram a ser incorporados os preceitos da transparência ativa, segundo os quais o poder público deve tornar os dados conhecidos por iniciativa própria, sem que se faça necessária qualquer provocação.

Extrai-se das normas mencionadas o direito ao acesso às informações sobre as despesas e receitas públicas. Nessa medida, os Portais da Transparência deverão conter, com clareza, informações diárias sobre a execução do orçamento, recursos públicos transferidos e sua aplicação direta (origens, valores, favorecidos). Além disso, dados para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras.

CONTINUA

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Com esses fundamentos, o Ministério Público do Paraná definiu projeto setorial destinado a fiscalizar a implantação e contribuir no aperfeiçoamento dos Portais da Transparência em todos os municípios paranaenses. Quer-se, com isto, fomentar o controle social sobre questões como a malversação de recursos, a burocracia que retarda a administração, a desejada relação de equivalência entre a carga tributária e a operosidade dos serviços públicos. Parte-se da premissa de que a exposição daquilo que é público tem o condão de resgatar a cidadania, por meio do fortalecimento da capacidade das pessoas de participarem de modo efetivo da tomada de decisões que inexoravelmente as afeta. Ao fim, certamente, essas decisões serão cada vez mais pautadas pela moralidade e democraticamente legitimadas.

Arion Rolim Perelra é procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Patrimônio Público; **Cláudio Smirne Diniz**, doutor em Direito pela PUCPR, é promotor de Justiça designado no Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Patrimônio Público.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO



Nova direção da OAB-PR toma posse

Tomou posse ontem à noite, em sessão solene no Teatro Guaíra, a nova diretoria da seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). Antes da posse, o novo presidente, Julian Breda,

afirmou que o foco de sua administração será a valorização do advogado. "É um cargo fundamental para a sociedade e é mal-remunerado. Vamos buscar mais representação para mudar esse quadro", disse Breda (o 4º da esquerda para a direita). Ele substituiu José Lúcio Glomg. Também tomaram posse o vice-presidente

da OAB-PR, Cassio Lisandro Telles; o secretário-geral, Eroulths Cortiano Júnior; a secretária-geral adjunta, Iverly Antiqueira Dias Ferreira; e o tesoureiro, Oderci José Bega. Foram empossados ainda os membros dos Conselhos Federais e do Conselho Estadual, da Caixa de Assistência dos Advogados

e suplentes. Participaram da solenidade o governador Beto Richa, o prefeito Gustavo Fruet, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, o senador Alvaro Dias e o deputado federal Rubens Bueno, entre outras figuras da política estadual. O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcanti, também esteve presente.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

BESSA



Na posse de Juliano Breda (de óculos) na presidência da OAB Paraná, ontem à noite, nos bastidores do Guairão, o presidente nacional da entidade, Ophir Cavalcante (com terno azul), o agora ex-presidente da seccional Paraná, José Lúcio Glomb (último à dir.), o prefeito Gustavo Fruet e o advogado René Dotti. Ao lado, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, cumprimenta Breda.

COLUNA DO LEITOR

OAB

Gostaria de parabenizar José Lúcio Glomb (**Gazeta**, 15/1) pela excelente gestão à frente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná. Ao presidente que assume, Juliano Breda, desejo muita luz e firmeza nessa caminhada, focando, também, a defesa das prerrogativas do advogado criminalista. A área do direito mais "espinhosa" é a criminal, pois tanto leigos quanto certas autoridades ainda têm a equivocada visão de confundir o crime praticado com a defesa técnica desenvolvida. Depois de vários anos temos novamente um talentoso criminalista a nos presidir.

Álvaro Borges Júnior, ex-presidente da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas

GAZETA DO POVO

» CONSCIÊNCIA NEGRA

ACP deve ir à Justiça contra novo feriado

16 JAN 2013

A Associação Comercial do Paraná (ACP) informou por meio de um anúncio publicitário publicado na terça-feira na *Gazeta do Povo* e em outros jornais da cidade, que pretende lutar para reverter a promulgação da lei que estabelece como feriado em Curitiba o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A promulgação foi feita na última sexta-feira pelo presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Paulo Salamuni (PV).

Segundo o anúncio, a entidade vai tomar “medidas cabíveis, inclusive sob prisma jurídico”, para tentar evitar a efetivação do feriado. A ACP, entretanto, se diz favorável à comemoração do Dia da Consciência Negra, “mas por meio de atos cívicos que realmente engrandecem e façam justiça à importância dessa data”.

Prejuízo

Segundo o diretor da Associação Comercial, Edson José Ramon, o feriado traria à Curitiba um prejuízo de aproximadamente R\$ 160 milhões. “Estamos estudando o fato de a lei ser inconstitucional, o que já deu ganho de causa em vários estados. Nós entendemos que essa data merece ser guardada, mas com ações que promovam uma verdadeira homenagem, e não com um feriado, que consideramos danoso para a cidade”, disse Ramon.

16 JAN 2013

GAZETA DO POVO

» INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Ação na Cracolândia começa segunda

As internações compulsórias ou involuntárias de dependentes químicos na região da Cracolândia deverão começar na próxima segunda-feira, anunciou ontem o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

O trabalho será feito em conjunto com profissionais da saúde, Ministério Público, Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo o TJ-SP, nesta semana estão sendo tomadas as providências relativas à

estrutura física da sala que será usada para atendimento no Centro de Referência de Alcool, Tabaco e outras Drogas.

Em nota, a Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania informou que só falta a designação dos plantonistas. “Esses profissionais atuarão no projeto que viabilizará internações involuntárias e compulsórias de dependentes químicos com estado de saúde mais grave, sem consciência de seus atos, e que se recusem ao tratamento voluntário”, diz o texto.

A força-tarefa foi oficializada na última sexta-feira, quando o governador Geraldo Alckmin ressaltou que o objetivo do projeto é dar apoio aos usuários de drogas, fornecendo principalmente tratamento ambulatorial e fazendo o maior número possível de internações voluntárias.

Plantão

Naquele dia, Alckmin informou que o governo paulista dispõe de 5,6 mil vagas para tratamentos de dependentes químicos. Os casos com indicação de internação serão encaminhados por profissionais da área de saúde e avaliados por promotores, juízes e advogados, que manterão plantão das 9 às 13 horas, na sede do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas, que fica no bairro Bom Retiro.

16 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Breda toma posse no comando da OAB

Novo presidente defendeu, entre outras bandeiras, a criação de uma corregedoria da entidade

José Lazaro Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Defendendo o "aprimoramento da Justiça", Juliano Breda tomou posse ontem como novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná. Em entrevista à FOLHA, ele disse que vai atuar para manter a qualidade dos serviços oferecidos pela entidade e para ampliar o lado social da OAB. A cerimônia de posse atraiu autoridades de todas as esferas do governo ao Teatro Guaíra, na capital. O mandato vai até 2013.

Breda comanda agora uma entidade que possui 45 mil advogados ativos, 400 funcionários, 200 escritórios em fóruns e 47 unidades espalhadas por todas as regiões do Estado. Nesses dois anos quer mais advogados atuando como voluntários em projetos sociais, e prometeu disponibilizar pela internet os cursos da Escola Superior de Advocacia, mediante tecnologia de ensino a distância, além de proporcionar transparência aos processos disciplinares, com a criação de uma corregedoria própria.

Também receberá atenção de Breda o Núcleo de Assistência de Honorários Advocatícios, que tem a missão

de auxiliar advogados cujos honorários seriam mal calculados pela Justiça ao fim dos processos. "Quando o advogado vence uma ação, o juiz fixa os honorários da parte vencida e da vencedora. Só que cada vez mais os valores são irrisórios, desproporcionais ao tempo gasto pelo advogado, à complexidade dos casos e ao envolvimento do profissional. A OAB agora passa a peticionar junto com o advogado pela majoração dos honorários", afirmou Breda.

Na área das relações institucionais, ele promete manter a vigilância exercida pelo seu antecessor, o advogado José Lúcio Glomb, cuja última ação foi barrar o aumento dos preços cobrados pelos cartórios, enviado pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para a Assembleia Legislativa (AL) em dezembro.

Breda colocou ainda como meta para a sua gestão a criação de um fórum para discutir o relacionamento entre os profissionais do Direito, incluindo os magistrados estaduais, juízes federais e procuradores do Estado.

Chamando o processo eletrônico de "revolução", Breda disse ainda que a adaptação da Justiça e dos advogados à novidade não pode ser feita com sacrifícios. "O processo eletrônico vai dar rapidez à Justiça, mas o grande problema hoje é a queda dos sistemas. Isso é gravíssimo, pois o TJ demora até dez dias para decidir se haverá reposição dos prazos processuais", alfineta. O Paraná é o Estado brasileiro com o maior número de profissionais integrados ao sistema digital. "A OAB mantém escritórios de apoio com monitores treinados, que auxiliam os advogados a peticionarem eletronicamente", declarou, acrescentando que o serviço será mantido na sua gestão.

16 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Eleitoral cassa

prefeito de

Jandaia do Sul

**À frente do Executivo em 2012,
José Borba teria beneficiado
grupo político vitorioso nas
urnas de outubro**

**Quase 300
servidores
tiveram aumento
de salário**

A Justiça Eleitoral de Jandaia do Sul (Norte) cassou o prefeito Dejour Valério (PTC) e o vice, Leandro de Souza Silva (PSB), eleitos em outubro. Na decisão, publicada ontem, o juiz da 70ª Zona Eleitoral, João Gustavo Rodrigues Stolsis, acata integralmente o pedido feito pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) e também determina a posse do segundo colocado nas eleições, Benedito José Pupio (PSC), porém, ressalta o magistrado, a aplicação das sanções fica suspensa até eventual acórdão confirmatório da decisão pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou "quando não haja mais possibilidade de recursos". Na mesma sentença, o juiz declara a inelegibilidade do ex-prefeito José Rodrigues Borba (PP) pelo prazo de oito anos a contar das eleições, ou seja, até 2020.

Apoiados pelo ex-prefeito, Dejour - que era vice na gestão anterior - e Leandro teriam sido beneficiados por abuso de poder político cometido por Borba durante o período eleitoral. Segundo a sentença, dois projetos beneficiando servidores municipais, elaborados pelo Executivo, causaram desequilíbrio nas eleições da cidade, onde a diferença em favor do prefeito eleito foi de apenas 877 votos. Jandaia do Sul tem 16.270 eleitores.

As propostas foram enviadas para a aprovação da Câmara de Vereadores no mês de agosto e, após sancionadas pelo ex-prefeito, resultaram no aumento de salário para 296 funcionários da Prefeitura de Jandaia do Sul. A informação foi confirmada pelo advogado Aluísio Henrique Ferreira, que defende o prefeito eleito.

"Na gestão anterior o prefeito fez uma reestruturação administrativa, dentro do PCCS, conforme cobranças do sindicato e conversas que já vinham acontecendo há muito tempo e esse processo foi concluído no final de agosto." Contudo, Ferreira nega que a atitude, considerada pela Justiça como "prática de conduta vedada pela legislação eleitoral", tenha beneficiado os vencedores da disputa. "Na verdade as mudanças até geraram descontentamento nos servidores que não foram contemplados com a medida." Ele explicou que o aumento nos salários ocorreu para menos da metade dos cerca de 600 servidores da prefeitura.

Por outro lado, a sentença rechaça a tese da defesa de "prática de ato normal de governo (...) uma vez que tais benefícios poderiam ter sido concedidos anteriormente, sem qualquer repercussão negativa ao prefeito e ao vice-prefeito municipal".

CONTINUA

16 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Conforme o juiz, a concessão do benefício aos servidores trouxe também aos acusados apoio "indireto de inúmeros familiares".

O advogado do prefeito alega que a Justiça não tem provas de que as alterações administrativas aprovadas pela gestão anterior tenham resultado em votos. "Não existem provas de que alguém tenha votado neles por conta deste reenquadramento definido na gestão anterior", contestou Ferreira. Ele confirmou que vai recorrer da decisão.

A reportagem tentou falar também com o ex-prefeito José Borba, mas ele está em viagem, segundo assessores. Recentemente, o ex-deputado federal foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Penal 470, conhecida como mensalão. Condenado a dois anos e seis meses pelo crime de corrupção passiva, Borba teve a pena revertida a restrição de direitos, com impossibilidade de assumir cargo ou função pública e interdição temporária de direitos políticos pelo prazo da pena restritiva de liberdade.

16 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Ficha

O governador Beto Richa não está nem aí para a ficha suja: nomeou Taniguchi como seu secretário apesar de condenado pelo STF à prisão duas vezes nas quais foi salvo pela prescrição e agora pode incluir no seu secretariado Ezequias Moreira, atual diretor de relações com o mercado da Sanepar, e alvo do escândalo em que levava a grana da sogra fantasma. Reincidente específico e genérico. E pior: ao ser inquirido sobre o tema acusou um jornalista que nada tinha a ver com o caso. Aí deu uma de Requião na cólera.

INFORME

Nepotismo

O Ministério Público (MP) do Paraná enviou recomendação às prefeituras de Alto Piquiri e Brasilândia do Sul, ambas no Noroeste, para que exonerem todos os ocupantes de cargos comissionados que tenham vínculo de parentesco, até terceiro grau, com agentes políticos (prefeitos, vereadores, entre outros). A exceção é para os cargos de secretário municipal, em que há influência política (entendimento predominante no STF). O prazo para a ação ser cumprida é de 60 dias.

16 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça quebra sigilo bancário do goleiro Bruno

Belo Horizonte - A Justiça quebrou o sigilo bancário do goleiro Bruno Fernandes, acusado do sequestro e morte de sua ex-amante Eliza Samudio, de 24 anos. As informações podem servir para comprovar a ligação do atleta com o crime. Na mesma decisão, a juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, presidente do Tribunal do Júri do Fórum de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, determinou a expedição do atestado de óbito da jovem, vista pela última vez em julho de 2010 e cujo corpo nunca foi encontrado.

A decisão atendeu a pedidos do Ministério Público Estadual (MPE) e da família de Eliza, que não era considerada oficialmente morta. Porém, o braço direito de Bruno, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, foi condenado por um júri popular em novembro passado a 12 anos de prisão pelo assassinato da jovem.

Para Marixa, apesar de a lei não prever a emissão da certidão de óbito, a decisão do júri pela condenação de Macarrão é soberana e suficiente para que a família possa obter o documento, necessário para, por exemplo, algum tipo de reparação cível ou para garantir direitos ao filho que ela teve com o goleiro.

Bruno, o ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, e a ex-mulher do goleiro, Dayane Rodrigues do Carmo, também deveriam ter sido julgados na ocasião, mas, após uma série de manobras dos advogados de defesa dos acusados, Marixa determinou o desmembramento do processo. Bola é acusado do assassinato e ocultação de cadáver de Eliza; Dayane, pelo sequestro e cárcere privado do filho da vítima com o goleiro. O julgamento deles está marcado para o início de março.

16 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ordem em SP vai mudar de sede ao custo de R\$ 12 mi

Entidade vai deixar prédio histórico na Sé, que teve de ser esvaziado por ameaças de bombas durante o período da ditadura militar

A sede da OAB-SP terá novo endereço no fim deste ano. Desde 1955 instalada na praça da Sé, a diretoria da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil vai se mudar agora para um prédio no cruzamento da avenida Brigadeiro Luís Antônio com a rua Maria Paula.

A nova sede, de estilo modernista, faz parte do centro histórico de São Paulo.

A OAB-SP teve de pedir uma série de autorizações a órgãos públicos para iniciar obras de reforma, como o Condephaat, vinculado à Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo.

O imóvel vai abrigar os gabinetes da presidência, da vice-presidência, das comissões da ordem e o Conselho Seccional. Construído nos anos 1950, o imóvel foi comprado do Grupo Votorantim.

A torre de 11 andares, que ocupa uma área de 3.300 m², vai passar por uma reforma retrofit que recuperará a fachada original.

Além disso, num terreno baldio ao lado, será construído um anexo de 700 m², onde ficarão um auditório com capacidade para 300 pessoas, garagem, salas de reunião e centro de convivência.

A sede na praça da Sé ainda pertencerá à OAB-SP. De acordo com o presidente da seccional paulista, Marcos da Costa, a ideia é concentrar serviços voltados para a área acadêmica, como a Escola Superior de Advocacia, a biblioteca, além do serviço de atendimento ao advogado. De acordo com a OAB, passam diariamente pelo antigo prédio cerca de mil pessoas.

Construído em 1955 num terreno cedido à ordem pelo governo de São Paulo, o prédio da Sé abrigou inicialmente não somente a direção da seccional paulista mas também inquilinos que residiam em diferentes andares.

“Mas, conforme a Ordem foi crescendo, os inquilinos foram saindo. Agora esse prédio todo ficou pequeno”, afirma Carlos Alberto Augusto Batista, 67, funcionário da OAB-SP que trabalha no prédio desde 1963.

Para Batista, que mesmo aposentado ainda participa de atividades na Comissão da Verdade da seccional, um dos momentos mais marcantes da história do prédio foram os anos de maior repressão da ditadura militar.

“Cansei de atender telefonemas com ameaças de bombas. Não sabia se vinham da esquerda ou da direita; só sei que tive que tirar todo mundo do prédio umas cinco vezes”, diz.

CUSTO

Toda a mudança custará mais de R\$ 12 milhões aos cofres do Conselho Federal da OAB. Segundo Da Costa, a OAB-SP não precisou bancar o empreendimento.

“Nós não gastamos nenhum centavo na obra. Desde que foi fundado, há mais de 80 anos, esse foi o primeiro investimento do Conselho Federal da OAB em São Paulo”, afirma.

A construção da nova sede, no entanto, provoca críticas entre os profissionais.

De acordo com a advogada Aline Tondato Demachi, a anuidade subiu R\$ 81 no começo deste ano, totalizando R\$ 874. Demachi argumenta não haver necessidade de mudança de sede.

“Não vejo qualquer benefício na minha carreira e, por oportuno, não quero patrocinar tal ‘conquista’”, diz.

Para ela, “o aumento cobrado não corresponde a qualquer benefício aos advogados capaz de justificá-lo”. Além disso, afirma, os filiados pagam o mesmo valor independentemente dos honorários que recebem.

A anuidade foi tema na campanha para a eleição na OAB-SP em novembro passado, quando Da Costa venceu com 38% dos votos, seguido por Alberto Toron (35%) e Ricardo Sayeg (20%).

**RAIO-X
OAB-SP
INSCRITOS**

251.991
advogados

**SUBSEÇÕES
226**
no Estado

**ARRECADAÇÃO (R\$)
166 mi**
receita líquida anual

16 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Candidato à OAB pretende congelar vagas em cursos

Marcus Vinicius Coêlho quer fazer pente-fino
em faculdades de direito

Atual secretário-geral da entidade atribui morosidade da Justiça a 'tempo morto' de processos em tribunais

Se eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o atual secretário-geral da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, diz que irá propor ao ministro Aloizio Mercadante (Educação) o congelamento de vagas nos cursos de direito do país.

Coêlho sugere ainda a realização de um "pente-fino" para verificar a qualidade dos cursos jurídicos no país.

As eleições na OAB nacional vão ocorrer no dia 31, em Brasília. Votam os 81 integrantes do Conselho Federal da Ordem, escolhidos pelas seccionais das 27 unidades da Federação no fim de 2012.

A seguir, os principais trechos da entrevista à Folha.

Folha - Pela primeira vez em 15 anos, vai haver disputa pelo comando da OAB federal. Como o sr. analisa a retirada de apoio da OAB-SP à sua candidatura?

Marcus Vinicius Furtado

Coêlho - A formação de uma chapa leva em conta vários fatores. A minha inscrição se deu com o apoio de mais de

20 seccionais que concordaram em propor uma chapa que representasse o máximo de consenso e verificasse as qualificações técnicas de cada nome e o rodízio entre os Estados. Há 15 anos o Rio de Janeiro não está na diretoria.

Qual a opinião do sr. sobre o projeto do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que visa o fim do Exame da Ordem?

O exame é necessário porque a realidade dos cursos jurídicos torna o país singular. Em 15 anos o Brasil passou, em números aproximados, de 200 para 1.200 faculdades de direito. Eu quero propor ao ministro Aloizio Mercadante [Educação] o congelamento da criação de vagas nos cursos de direito. É preciso haver ainda uma verificação dos cursos que podem continuar.

Muitos juízes dizem que o atual sistema de recursos e de embargos é um dos fatores para a morosidade da Justiça.

Estudos demonstram que a morosidade está no "tempo morto" do processo, aquele em que fica na prateleira do juiz. Enquanto o advogado tem prazo para apresentar defesa, suas medidas, para seus recursos, o juiz e o Ministério Público não possuem prazo. Não podemos construir uma celeridade prejudicando o direito de defesa do cidadão.

O que o sr. acha da ideia de instalar Conselhos Estaduais de Justiça?

Vou submeter ao plenário do Conselho Federal da OAB. Não tenho ideia formada sobre o assunto. É preciso verificar seus efeitos sobre a competência do CNJ, uma grande conquista do país.

Qual a sua opinião sobre eleições diretas para a diretoria do Conselho Federal da OAB?

A OAB-BA apresentou uma proposta de convocar um plebiscito federativo [cada Estado, um voto]. Se o plenário do Conselho Federal aprovar, isso poderá ocorrer neste ano. Eu assumi um compromisso de não externar opinião pessoal sobre o tema.

A Polícia Federal interceptou ligação de Paulo Vieira [acusado de chefiar esquema investigado na Operação Porto Seguro] em que ele citava o sr. com a intenção de obter um parecer favorável ao deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP).

Eu defendo que o presidente da OAB seja um advogado militante. Um profissional recebe consultas e visitas de centenas de pessoas. Nesse caso específico, posso assegurar que, se fui procurado, não prestei qualquer serviço. Espero que esse assunto não seja tema da disputa da OAB. Eu não vou atrás de saber quem são os clientes dos candidatos da chapa adversária.

16 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Corrida.. Ao assumir o STF, anteontem, Ricardo Lewandowski recebeu pedido do senador Magno Malta (PR-ES) para que seja suspensa a análise dos 3.000 vetos presidenciais, pautada por José Sarney (PMDB-AP) no final do ano passado.

... de obstáculos. A manobra foi adotada após o ministro Luiz Fux determinar a interrupção da sessão na qual seria apreciada decisão de Dilma rejeitando parcialmente o projeto que reformula a partilha dos royalties.

Onde pega À ocasião, ministros estranharam o fundamento central da deliberação de Fux. Para ele, os vetos devem ser apreciados em ordem cronológica. Lewandowski, de plantão no Supremo, deve decidir sobre a questão ainda esta semana.

Assino embaixo Nomeado anteontem por Dilma para o STJ, Sérgio Kukina teve aval do presidente da corte, Félix Fischer. O novo ministro é próximo do governador Beto Richa (PSDB-PR).

Rebote Preterido por ora, Sammy Lopes ainda pleiteia a vaga de César Asfor Rocha. Ele tem apoio dos irmãos Tião e Jorge Viana (PT-AC) e do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

FOLHA DE S. PAULO

VERA GUIMARÃES MARTINS

Pelo fim da força aérea

SÃO PAULO - O STF (sempre ele) vai patrocinar em março um debate interessantíssimo. Resumindo: os moradores do bairro paulistano Alto de Pinheiros entraram na Justiça há 12 anos para exigir que a Eletropaulo reduza a voltagem da rede aérea de alta-tensão sob a qual vive parte do bairro. A concessionária de energia perdeu em duas instâncias e apresentou recurso ao Supremo.

Não há estudos científicos que comprovem nem desmintam os efeitos danosos de viver sob radiação contínua, mas o temor dos moradores faz sentido. A força do campo eletromagnético a que estão submetidos é o dobro do nível máximo recomendado pela Organização Mundial da Saúde. E não estão sozinhos.

Só na Grande São Paulo, cerca de 66 mil pessoas, em locais nobres ou pobres, moram sob linhas de transmissão de energia, segundo estudo da Faculdade de Medicina da USP. A maioria certamente sem informação ou condição de questionar a situação.

O caso do Alto de Pinheiros, bairro de classe média alta da zona oeste, só chegou tão longe porque seus moradores conseguiram se mobilizar e levar a cabo uma longa luta judicial, pagando até especialistas estrangeiros para defender seu ponto de vista no STF. Se a ação ajudar a mudar padrões, milhares podem ser beneficiados. Se não, só a audiência pública para discutir o tema, em março, já merece ser comemorada.

Ela abre espaço para a população conhecer e debater os critérios que levam as concessionárias de serviços públicos a espalhar florestas de postes e cipoais de fios, que emporcalham a paisagem urbana. São os "gatos" oficiais. Há calçadas paulistanas onde se amontoam três ou quatro estruturas, de concreto ou metal, em menos de dois metros. E tome fio.

Em 2006, decreto do então prefeito Gilberto Kassab criou o Programa de Enterramento da Rede Aérea, que obrigava essas empresas a enterrar 250 km lineares de cabos aéreos por ano. Ganha um choque de 220 volts quem acreditar que saiu do papel.

16 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça reconhece morte de Eliza Samudio

16 JAN 2013

Juíza manda expedir certidão de óbito

A Justiça determinou, em Minas Gerais, que seja feita uma certidão de óbito para Eliza Samudio, ex-amante do goleiro Bruno Fernandes. A decisão, de sexta-feira, foi publicada ontem.

Com a decisão, a Justiça reconhece a morte de Eliza, que desapareceu em 2010 e cujo corpo nunca foi encontrado, e vai contra a principal tese da defesa de Bruno —a de que ela não morreu.

O pedido foi feito pelo Ministério Público e pela mãe de Eliza, Sônia Moura, com base no julgamento do ex-secretário do jogador, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão —o júri considerou que Eliza foi assassinada.

Macarrão foi condenado em novembro do ano passado a 15 anos de prisão, inclusive por homicídio. Bruno conseguiu adiar o julgamento para março, trocando de advogados.

“Se já existe uma decisão que reconhece a morte da vítima, não faz sentido determinar que seus genitores ou seu herdeiro percorram a via-crúcis de outro processo para obterem outra sentença judicial que declare a morte de Eliza Samudio”, escreveu a juíza Marixa Rodrigues.

A defesa do goleiro considerou a determinação da juíza “esdrúxula” e disse que ela influencia no novo julgamento. “A juíza está tomando a decisão que cabe aos jurados. Ela já decretou, já decidiu que Eliza morreu”, afirmou o novo advogado de Bruno, Lúcio Adolfo da Silva.

METRO 16 JAN 2013

Melhorias na Justiça estão lentas, diz OAB

Mudança. Novo presidente da entidade, Juliano Breda tomou posse ontem. Para ele, a agilidade no sistema judicial só virá em médio prazo e a Defensoria Pública ainda não ~~está~~

Eleito em chapa única para ocupar a presidência da OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná), o advogado Juliano Breda tomou posse ontem, em cerimônia no Teatro Guaíra. As prioridades do seu mandato de três anos, diz ele, serão a valorização dos advogados pelos magistrados e a ampliação dos cursos oferecidos pela ordem.

A OAB-PR não concorda, por exemplo, com o valor dos chamados honorários de incumbência – estipulado pelos juízes ao fim de um processo, quando um advogado ganha uma causa e recebe da parte vencida. “Eles estão totalmente irrisórios e desproporcionais”, afirma Breda.

Outras preocupações da OAB-PR, conta o presidente, são a lentidão da Justiça (especialmente na primeira instância) e a pressão pelo aumento das custas judiciais. “Há um quadro de melhora no atendimento da Justiça, com a abertura de varas e contratação de dezenas de juízes. Apesar disso, somente a médio prazo isto terá efeito”, diz ele, lembrando que muitas comarcas do interior ainda ficam meses sem magistrados.

Outra briga da OAB-PR é contra o aumento das custas processuais – que foi pedido no ano passado pelo TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) e negado pela Assembleia Legislativa. “Somos contra o aumento e achamos ainda que alguns deles têm que baixar”, afirma.

“A defensoria pública não atende a todo o Estado e vai demorar anos até que consiga atender.”

JULIANO BREDA, PRESIDENTE DA OAB-PR

STJ
Kukina
Ficou definida para o dia 6 de fevereiro a cerimônia de posse de Sérgio Luiz Kukina, procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, como ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, foi publicada no Diário Oficial da União na última segunda-feira. Em uma sabatina no Senado Federal, Kukina obteve 58 votos favoráveis dos parlamentares.

16 JAN 2013

METRO

Primeira fase do exame da OAB reprova 83%

De cada 10 candidatos que prestaram a primeira fase do 9º Exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), 8 foram reprovados. A lista de aprovação foi divulgada ontem pela entidade. Dos 114.763 que fizeram a prova, apenas 19.134 se classificaram para a segunda fase, ou seja, somente 17%. Para passar para a segunda fase era necessário acertar pelo menos 50% das questões.

Na comparação com o ano passado, houve uma grande piora. No 8º exame, 44,75% dos candidatos passaram para a segunda fase. Segundo a assessoria de imprensa da OAB, não houve alterações nos critérios do exame.

Para o presidente da

OAB, Ophir Cavalcanti, a prova deste ano foi mais difícil, mas ele credita a alta reprovação à má qualidade dos cursos de direito no país.

Segunda fase

A segunda fase será no dia 24 de fevereiro. Nessa etapa, os candidatos terão que redigir uma peça profissional e responder a quatro questões. O resultado final será divulgado no dia 5 de abril.

Ex-prefeito. Furiati é transferido para o CT-2

O ex-prefeito da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, Paulo Furiati (PMDB), foi transferido ontem do quartel da Polícia Militar na cidade para o Centro de Triagem-2, em Piraquara. Ele foi preso durante a operação Quadro Negro, do Gaeco, na semana passada, por fraudes na área da educação.

De acordo com as investigações, Paulo Furiati e mais dez pessoas participavam de um esquema de desvio de verbas usando uma organização não governamental. O advogado de Furiati, Elias Mattar Assad, pediu um habeas corpus para seu cliente.

Bruno. Justiça dá atestado de óbito para Samudio

A pouco mais de um mês da data marcada para o julgamento do goleiro Bruno Fernandes, acusado de planejar a morte de Eliza Samudio, mãe de seu filho, a Justiça de Contagem, na Grande BH, determinou ontem a emissão do atestado de óbito da ex-amante do jogador.

Com isso, perde ainda mais força a tese de que Eliza teria fugido do país, já que o corpo jamais foi encontrado. O argumento vinha sendo sustentado pelos advogados do atleta até as últimas audiências do caso, em novembro de 2012.

Na decisão, a juíza Marixa Rodrigues alega que o registro civil da morte protege os direitos da família de Eliza. Ela argumenta ainda que as condenações

de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, e Fernanda Gomes, ex-namorada de Bruno, em novembro, são suficientes do ponto de vista jurídico para atestar o homicídio.

A decisão foi publicada ontem no Diário do Judiciário de Minas Gerais e não está sujeita a recurso, de acordo com o Tribunal de Justiça mineiro.

“Se já existe decisão que reconhece a morte da vítima, não faz sentido determinar que seus genitores ou seu herdeiro percorram a via-crúcis de outro processo.”

MARIXA RODRIGUES, JUÍZA DE CONTAGEM

16 JAN 2013

JORNAL DO ESTADO

DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Capital teve 6,7 mil violações

Curitiba teve no ano passado 6,79 mil violações aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. O número é resultado de relatório apresentado pelo Conselho Tutelar de Curitiba, ontem, à Câmara Municipal. O líder do prefeito, vereador Pedro Paulo (PT), chama a atenção para os atendimentos realizados na área que compreende educação, cultura, esporte e lazer, equivalentes a 50% do total. De acordo com ele, boa parte refere-se à falta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis).

A área com o segundo maior número de violações aos direitos fundamentais — 33% do total — reúne a convivência familiar e comunitária. O item abrange, por exemplo, casos de abandono e maus-tratos às crianças e adolescentes. Em relação ao agente violador, a família é a principal responsável, em 46% das situações, seguido do estado, com 44%. Nesse

sentido, Pedro Paulo chama a atenção para o papel do núcleo familiar e da sociedade na garantia dos direitos, e não apenas do poder público.

“A Câmara de Curitiba vai procurar, como órgão representativo do povo, acompanhar o dia a dia dos conselhos tutelares. Aposto no compromisso da nova gestão com a luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes e a valorização dos conselhos”, destaca o líder do prefeito. O vereador também afirma que o relatório é importante para a elaboração de políticas públicas.

A média mensal de violações aos direitos das crianças e adolescentes, aponta o documento, foi de 565. Curitiba possui 45 conselheiros, divididos nas nove regionais (Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade).

Posse — O prefeito Gustavo Fruet e a presidente da Fundação de Ação Social

(FAS), Márcia Fruet, dão posse, hoje, aos novos conselheiros tutelares do município. A Câmara será representada pelo presidente da Casa, vereador Paulo Salamuni (PV), e pelo líder do governo, Pedro Paulo. A cerimônia ocorre às 14 horas, no Salão Nobre da Prefeitura.

Os 45 conselheiros, que terão um mandato de três anos, foram eleitos em 2012, por meio de voto direto. O Legislativo municipal aprovou, em novembro último, mensagem do Executivo para a transição do processo para a lei federal 12.696/2012, que altera itens do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para dispor sobre os Conselhos Tutelares.

A escolha dos membros para os órgãos será unificada, em todo o território nacional, a cada quatro anos. De acordo com o texto, a eleição será no primeiro domingo de outubro do ano subsequente à eleição presidencial.

Violações

A capital teve, em 2012, 6,79 mil violações aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. O número é resultado de relatório apresentado pelo Conselho Tutelar de Curitiba, ontem, à Câmara Municipal. O líder do prefeito, vereador Pedro Paulo (PT), chama a atenção para os atendimentos realizados na área que compreende educação, cultura, esporte e lazer, equivalentes a 50% do total. De acordo com ele, boa parte refere-se à falta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis).

JORNAL DO ESTADO

JULIANO JOSÉ

BREDA TOMA

posse como presidente

da OAB-PR

Solenidade no Teatro Guaíra contou com a presença de várias personalidades da política e da sociedade paranaense

O advogado Juliano José Breda foi empossado, na noite de ontem, novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná (OAB Paraná). Breda substituiu José Lúcio Glomb, que agora será conselheiro federal pelo Paraná. A nova diretoria da Ordem também tomou posse na cerimônia solene no Teatro Guaíra, para o triênio 2013-2015.

Breda falou da vocação da Ordem do papel de participar ativamente das discussões relevantes da sociedade e na defesa dos direitos nos 80 anos da instituição. Também deu destaque à atuação

junto aos mais de 45 mil advogados paranaenses.

Também tomaram posse os diretores Cassio Lisandro Telles (vice-presidente), Eroulth Cortiano Junior (secretário-geral), Iverly Antiquiera Dias Ferreira (secretária-geral adjunta) e Oderci José Bega (tesoureiro), além de conselheiros da OAB e diretores da Caixa dos Advogados.

Diversas autoridades participaram da solenidade, entre eles o governador Beto Richa, o prefeito Gustavo Fruet, o ministro Aldo Rebelo (do Esporte), o deputado estadual Valdir Rossoni (presidente da Assembleia Legislativa do Paraná), o desembargador Onésimo Men-

donça de Anunciação (primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná), senador Álvaro Dias, Rosemarie Die-drichs Pimpão (presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região), procurador geral de Justiça Gilberto Giacoia, vereador Paulo Salamuni (presidente da Câmara Municipal de Curitiba), e o advogado Ophir Cavalcante (presidente nacional da OAB), entre outros.

Em ação — Os diretores da OAB Paraná para o triênio 2013-2015 fizeram na semana passada a primeira reunião de trabalho da gestão presidida por Juli-

ano Breda. Na ocasião foram traçadas as prioridades para o início da gestão da nova diretoria.

Também na semana passada, Breda e os demais membros da diretoria da OAB-PR, estiveram com o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. A diretoria também foi recebida pela vice-prefeita, Miriam Gonçalves, que é advogada, assim como Fruet.

No encontro, Fruet comentou a possibilidade da OAB se integrar às discussões envolvendo temas como segurança pública, direitos humanos, acessibilidade, violência contra mulher, transparência, moralidade e eficiência administrativa.

Juliano Breda agora fala em nome dos mais de 45 mil advogados de todo o Estado

16 JAN 2013

16 JAN 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Calçada na Justiça

Os donos de bares, restaurantes e casas noturnas da Rua Bispo Dom José, no Batel, não querem ficar sem as luxuosas calçadas de granito. Com medo de prejuízo, os empresários se mobilizam contra a paralisação das obras de revitalização. Na segunda-feira, a prefeitura anunciou a reavaliação do projeto, depois da polêmica causada pelo uso do material, muito mais caro que o calçamento comum.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (Abrabar), Fábio Aguayo, os comerciantes estudam entrar na Justiça para impedir a interrupção das obras. "Estamos atentos para questionar qualquer decisão oficial de paralisar a obra. Se for confirmada, vamos buscar reparação das perdas e danos", afirma.

Com as calçadas em obras, o acesso aos estabelecimentos comerciais fica prejudicado. "A rua está intransitável em alguns pontos. Os empresários estão angustiados com essa situação. Já perderam 40% do movimento e 30% do faturamento por causa da obra. É um prejuízo muito grande, que ninguém consegue suportar", diz Aguayo.

O granito custa até seis vezes mais que o pavimento das calçadas comuns. No total, a revitalização da Rua Bispo Dom José vai custar R\$ 3,1 milhões, incluindo iluminação e paisagismo. Somente no piso de granito, serão gastos cerca de R\$ 900 mil. Para Aguayo, a decisão de suspender a obra é populista. "Muitas pessoas estão fazendo demagogia com o assunto. Há preconceito contra a região. Só porque é um bairro nobre não pode ter investimento público?", questiona o presidente da Abrabar.

tribuninhas Extravio

O Tribunal de Justiça condenou a TAM Linhas Aéreas S.A. a pagar R\$ 22 mil a uma passageira que embarcou em Foz do Iguaçu com destino a João Pessoa (PB) cuja bagagem foi extravaliada.

Contestação

Inconformada com a promulgação da lei que cria o feriado da Consciência Negra em Curitiba, a Associação Comercial do Paraná (ACP) vai recorrer à Justiça para tentar reverter a decisão. A entidade alega que a comemoração no dia 20 de novembro "trará enormes prejuízos econômicos ao nosso município".

Eliza terá certidão de óbito sem corpo

A Justiça quebrou o sigilo bancário do goleiro Bruno Fernandes, acusado do sequestro e morte de sua ex-amante Eliza Samudio, de 24 anos. As informações podem servir para comprovar a ligação do atleta com o crime. Na mesma decisão, a juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, presidente do Tribunal do Júri do Fórum de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, determinou a expedição do atestado de óbito da jovem, vista pela última vez em julho de 2010 e cujo corpo nunca foi encontrado.

A decisão atendeu a pedidos do Ministério Público Estadual (MPE) e da família de Eliza, que não era considerada oficialmente morta. Porém, o braço direito de Bruno, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, foi condenado por um júri popular em novembro passado a 12 anos de prisão pelo assassinato da jovem.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Base de dados do Justiça em Números é aberta ao público

16 JAN 2013

Toda a base de dados da pesquisa Justiça em Números, feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir de informações dos tribunais, está agora disponível para acesso público. A abertura do banco de dados permite que acadêmicos e instituições de pesquisas ampliem os estudos sobre o Poder Judiciário para além dos pontos já abordados pela publicação do CNJ, explica Janaína Lima Penalva da Silva, diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

A liberação dos dados é mais uma iniciativa do CNJ em atendimento à Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, e foi determinada pelo ministro Joaquim Barbosa, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, por meio da Portaria n. 216, de 19 de dezembro de 2012. “O banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) fica disponível para consulta pública de forma permanente”, estabelece o artigo 1º da Portaria, que também garante aos interessados o direito de buscar informações mais atualizadas diretamente nos tribunais.

De acordo com Janaína Penalva, as possibilidades de análise dos dados na base de pesquisa “é infinitamente mais abrangente” do que as informações processadas para a publicação do relatório Justiça em Números. O acesso aos dados brutos vai permitir que os pesquisadores façam seus próprios estudos e que todos os cidadãos conheçam melhor o Poder Judiciário brasileiro.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PREVENÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

16 JAN 2013

STF reafirma possibilidade de pena alternativa para tráfico

Para o Supremo Tribunal Federal, são inconstitucionais as proibições legais à conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direito. O entendimento foi reafirmado em Recurso Extraordinário julgado diretamente no Plenário Virtual. Os ministros reconheceram a repercussão geral da matéria e, em seguida, decidiram julgar o seu mérito aplicando a jurisprudência da corte. O ministro Marco Aurélio ficou vencido, tanto na discussão sobre a repercussão geral quanto no mérito.

Em 2010, ao analisar pedido de Habeas Corpus apresentado por condenado por tráfico, o Supremo determinou que o caso voltasse para o juízo de origem, que avaliaria a conversão da pena, observando a inconstitucionalidade das expressões “vedada a conversão em penas restritivas de direitos”, no artigo 33, parágrafo 4º, e “vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos”, constante do artigo 44, ambos da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas). Na ocasião, a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos se deu por seis votos a quatro.

O Ministério Público Federal, no recurso levado ao Supremo, afirmou que o tribunal de origem conferiu ao condenado pela prática de crime equiparado a hediondo tratamento idêntico àqueles encarcerados em virtude do cometimento de infrações penais de menos gravidade. Sustentou, ainda, a plena eficácia da norma, razão pela qual considerava indevida a conversão da pena.

16 JAN 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ contrata consultoria para analisar tribunais

O CNJ (Conselho Nacional da Justiça) vai contratar uma consultoria para fazer um diagnóstico das áreas de orçamento e de recursos humanos dos tribunais de Justiça estaduais. A consultoria também deve elaborar um modelo que dê mais eficiência à gestão dos tribunais, inclusive com sugestões de realocação de recursos. A empresa contratada deve analisar as informações dos tribunais e selecionar dez

deles para aprofundar a avaliação. Este exame mais cuidadoso vai observar as diversidades regionais e casos de boa administração e identificar casos em que há mais deficiências entre os dez órgãos selecionados. As melhorias práticas serão replicadas em outros tribunais. Também será observado como os tribunais tomam as decisões de alocação de recursos orçamentários e de recursos humanos.

Juíza autoriza certidão de óbito de Eliza Samudio

A juíza do Tribunal do Júri de Coitagem, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, determinou a expedição da certidão de óbito da ex-namorada do goleiro Bruno Fernandes, Eliza Samudio. A decisão, da qual não cabe recurso, foi publicada ontem (15) no Diário do Judiciário Eletrônico. A certidão de óbito é um documento expedido por um cartório civil, que declara a morte de um indivíduo e os detalhes, como data e local. O conselho de sentença do júri entendeu que a morte da jovem foi confirmada em depoimentos durante o julgamento que culminou na condenação de Luiz Henrique Ferreira Romão - o Macarrão -, e Fernanda Gomes de Castro. Eliza Samudio foi morta em julho de 2010, e seu corpo nunca foi encontrado.

Justiça cassa mandato de prefeito e vice de Jandaia

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) publicou, no início da tarde de ontem, o pedido de cassação do mandato do prefeito eleito de Jandaia do Sul, no norte do Paraná, Dejair Valério (PTC), e do vice, Leandro de Souza Silva (PSB). A decisão do Juiz Eleitoral da 70ª Zona de Jandaia do Sul, João Rodrigues de Souza Stolsic, ainda cabe recurso.

Valério e Silva são

suspeitos de terem sido beneficiados pelo ex-prefeito da cidade José Borba (PMDB) durante a campanha eleitoral. Segundo a sentença, Borba aumentou o salário dos servidores fora do prazo permitido pela Justiça Eleitoral e, assim, acabou beneficiando a eleição de Valério, que era vice. Borba também responde a mesma ação movida pelo Ministério Público (MP).

OAB

15/JAN/2013

TJ instala 2ª Vara Cível de Araucária nesta terça-feira

Está prevista para as 18 horas a solenidade de instalação da 2ª Vara Cível de Araucária. A solenidade, que será realizada no Fórum da cidade, será presidida pelo desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Com a instalação a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional de Araucária, de entrância final, passará a contar com duas Varas Cíveis e Anexos, uma Vara Criminal e Anexos, Juizado Especial Cível e Criminal e Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial. A instalação de novas varas atende antigas reivindicações dos advogados paranaenses para melhoria da prestação jurisdicional no estado.

CNJ

15/JAN/2013

Ponta Grossa, no Paraná, ganha duas varas da Fazenda Pública

O município de Ponta Grossa, no Paraná, ganhou duas varas da Fazenda Pública. A solenidade de instalação foi presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Miguel Kfouri Neto. A instalação das novas unidades judiciárias no município teve como principal objetivo agilizar a prestação de serviços à população.

"A intenção é tornar mais rápido os serviços aos cidadãos, como por exemplo, a execução fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), além do fornecimento mais ágil de medicamentos", esclareceu Kfouri Neto.